

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA TRABALHO  
ASSALARIADO NA ECONOMIA CAFEEIRA NO BRASIL PELA  
TEORIA DAS INSTITUIÇÕES

Lucas D'Angelo Colacino

Matrícula: 0912619

Orientador: Felipe Tâmega Fernandes

Julho 2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA TRABALHO  
ASSALARIADO NA ECONOMIA CAFEEIRA NO BRASIL PELA  
TEORIA DAS INSTITUIÇÕES

Lucas D'Angelo Colacino

Matrícula: 0912619

Orientador: Felipe Tâmega Fernandes

Julho 2013

**“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.”**

---

**“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.”**

“History matters.”  
(Douglass C. North)

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1 – História Econômica e Instituições .....</b>	<b>7</b>
Análises da História Econômica do Brasil .....	7
A Teoria das Instituições .....	9
Mudanças Institucionais .....	12
Análise Histórica pela Teoria das Instituições .....	15
<b>Capítulo 2 – Mão de Obra: Escravidão e Trabalho Livre.....</b>	<b>17</b>
Determinantes Teóricos da Escravidão .....	17
Transição para o Trabalho Livre .....	21
<b>Capítulo 3 – A Economia e a Mão de Obra antes do Café .....</b>	<b>25</b>
Precedentes: Ciclos Econômicos Anteriores ao Café.....	25
Determinantes Históricos da Mão de Obra Escrava no Brasil .....	28
<b>Capítulo 4 – Economia Cafeeira e as Mudanças na Mão de Obra .....</b>	<b>31</b>
Surgimento e Ascensão do Café .....	31
Organizações e Instituições do Café.....	35
<b>Conclusão .....</b>	<b>42</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

A monografia pretende analisar a transição do sistema escravista no Brasil para o trabalho livre assalariado ocorrida durante o século XIX tomando por base os conceitos da Teoria das Instituições que explicam, contrapondo pontos da teoria neoclássica, mudanças estruturais ao longo do curso da História.

Segundo North (1990), as instituições são as “regras do jogo” em uma sociedade. Elas atuam restringindo as decisões dos agentes econômicos e a interação entre eles seja no âmbito político, social ou econômico. De forma a tentar reduzir a incerteza e minimizar os custos de transação, as “regras” funcionam como um guia de conduta para os agentes. Tais instituições sofrem mudanças ao longo do tempo e, portanto, são fundamentais para uma análise de transição histórica.

Faz-se necessário deixar claro que as instituições, sejam elas formais ou informais, nem sempre levam a eficiência econômica ou social, apesar de sempre pretenderem atingir uma estabilidade estrutural quando se refere ao comportamento humano dentro da sociedade. Com isso, justifica-se o fato de muitas economias, mesmo após grandes períodos, seguirem, muitas vezes, em direções opostas ao crescimento econômico. No entanto, as instituições sofrem mudanças ao longo do tempo, não de forma descontínua por meio de rupturas ou quebras, mas sim de maneira incremental na medida em que os interesses dos agentes evoluem e são realizados ajustes marginais no conjunto de instituições.

Antes relatada por uma veia marxista e dependentista por autores como Celso Furtado e Caio Prado Junior e, posteriormente, vista já com o auxílio da teoria neoclássica e recursos econométricos, a análise econômica da história do Brasil se manteve limitada. A clareza da Teoria das Instituições fez com que a história brasileira fosse novamente analisada, agora por um ângulo diferente com a inserção da evolução temporal e as falhas de mercado.

A fim de demonstrar a forma como a Teoria das Instituições contribui para a análise histórica econômica brasileira, foi escolhida a transição do sistema de mão de obra no Brasil no contexto da economia cafeeira no final do século XIX. Apesar de não

poder contar com relatos e dados apurados em abundância, é possível apontar, mesmo que de forma não exaustiva, as mudanças institucionais que contribuíram para o fim da escravidão e a inserção do trabalhador livre assalariado. Para isso, além da teoria das Instituições, são apresentadas também teorias genéricas para a existência e decomposição da escravidão. Na sequência, a própria natureza da economia cafeeira e seus precedentes são relatados de forma a ressaltar as características determinantes para a estruturação da mão de obra. Por fim, uma análise mais específica, unindo teoria e relatos empíricos, contribui para o entendimento da transição do mercado de trabalho.

A economia cafeeira perdurou por algum tempo sua estrutura organizacional, o que permitiu que as instituições do período ficassem claras sob o ponto de vista analítico. No entanto, a mudança dos preços relativos dos recursos em determinado momento fez com que as trocas, usualmente feitas, fossem inviabilizadas. De maneira gradual, a economia sofreu seu processo de mudança na forma de exploração do trabalhador.

## Capítulo 1

### História Econômica e Instituições

#### Análises da História Econômica do Brasil

Talvez por ter sido uma economia meramente agrária e relativamente pequena durante muito tempo ou talvez porque a destruição da memória, segundo Eric Hobsbawm, seja um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX<sup>1</sup>, o Brasil não possui uma vasta e plural literatura a respeito de sua história econômica. Apesar de, nas últimas décadas, novos autores terem se aventurado em aumentar de forma significativa a coleção literária em questão, durante algum tempo a história econômica brasileira se concentrou em narrações de poucos, porém renomados autores nacionais. Essa carência pode também ser explicada muito em parte devido à escassez de relatos e a falta de precisão de dados, pelo menos até a década de 40.

Seguindo relatos de autores contemporâneos às épocas e pesquisas, autores como Celso Furtado e Caio Prado Junior elaboraram construções acerca da formação econômica brasileira que ocorreu durante o período imperial, baseado, fundamentalmente, na agricultura e na exportação do café, até incorrer no início do período de industrialização durante a ditadura do governo Vargas. Em seu *Formação Econômica do Brasil*<sup>2</sup>, Furtado, ao relatar a história, tenta explorar ao máximo a procura por relações de dependências entre exploradores e explorados, seja no âmbito de cafeicultores e escravos, agricultores e indústrias ou até mesmo na relação Brasil e países desenvolvidos. De fato, até as últimas décadas, a Teoria da Dependência, juntamente com as concepções desenvolvimentistas marcou a historiografia econômica brasileira.

Diante da visão de inadequação das teorias de desenvolvimento americanas e europeias ao contexto latino americano, a Teoria da Dependência ganhou força entre os economistas brasileiros a partir da década de 50, juntamente com a teoria de

---

<sup>1</sup> Citação Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos - O Breve Século XX - 1914-1991*, 1995, 2ª ed., Companhia das Letras, pág.13.

<sup>2</sup> Ver Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1963, caps 1-19.

subdesenvolvimento da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina). Contrapondo o pensamento da Comissão, a Teoria da Dependência disserta sobre a relação de atraso econômico dos países latino-americanos em relação aos países mais desenvolvidos, o que geraria uma subordinação de países periféricos frente aos países centrais. As economias centrais seriam as detentoras do domínio sobre técnicas de produção tecnológicas e o local onde ocorreria grande fluxo de inovações e produção de larga escala. Já a periferia mundial contaria com fluxos menores e produção em menor escala. Nesse contexto, o crescimento do país periférico estaria limitado pelo desenvolvimento dos países centrais, consequência de uma imersão da periferia no mundo capitalista através do imperialismo. A partir dessa constatação, a Teoria previa uma ruptura radical da dependência, sugerindo até um descolamento do sistema capitalista, contrariando economistas que visavam a industrialização e a negociação com as demais economias desenvolvidas como solução para o crescimento.

Tanto a teoria dependentista, quanto a concepção da CEPAL responsabilizavam, de certa maneira, os países desenvolvidos pela má condição econômica da América Latina, mas apresentavam maneiras de subverter tal ordem natural. Essa ideia geral serviu de base para diversos planos de crescimento econômico até a década de 80 e foi incorporada na construção literária da história econômica brasileira, o que gerou uma linha vasta, porém singular no tratamento da história. Em consequência, o pensamento narrativo ficou travancado e sujeito a teorias marxistas utópicas, sendo pouco atrativo para o economista.

Por volta da década de 80, a econometria começou a ser incorporada a historiografia econômica e a teoria neoclássica e neoliberal se aproximaram do pensamento histórico reconquistando os economistas e encorajando-os a se debruçar sobre novas pesquisas em relação ao passado brasileiro. Nos anos subsequentes, a disseminação da Cliometria, pensamento que utiliza de métodos quantitativos para analisar passagens históricas, incorporou fortemente a nova estrutura de pesquisa no Brasil. Finalmente nos anos 90, a consolidação da Teoria das Instituições pelo economista Douglass North permitiu um olhar inovador sobre a história econômica brasileira, fazendo com que antigos textos e relatos, principalmente aqueles que se referem a formação econômica brasileira, fossem revisitados e novamente analisados, agora sob a influência das Instituições.

Ainda há, no entanto, grande dificuldade para o uso da cliometria e da teoria institucional devido aos já mencionados problemas de escassez de dados e relatos referentes ao Brasil do século XIX, o que gera mais um fator desafiador para o novo historiador econômico que pretende investigar o passado do país.

## A Teoria das Instituições

Uma das principais preocupações do estudo de longo prazo da macroeconomia se resume à questão de porque algumas economias conseguem atingir níveis de riqueza *per capita* relativamente elevados enquanto outras permanecem estagnadas no tempo<sup>3</sup>. A literatura neoclássica, por meio de publicações de autores como Solow, Lucas e Romer, construiu modelos que revelam a estrutura do crescimento de diferentes economias e como elas tendem a convergir no longo prazo. De fato, tais teorias puderam ser evidenciadas empiricamente, principalmente com a análise de países desenvolvidos. No entanto, a grande maioria dos países periféricos permanece, aparentemente, sem as condições necessárias para elevar suas taxas de investimento e, conseqüentemente, seguir na rota de convergência com os países centrais.

Diante dessa questão, o economista Douglass North, juntamente com outros pesquisadores, formulou a Teoria das Instituições. Com ela, “a História importa”<sup>4</sup>. É por meio da evolução das instituições ao longo da História que os custos de transação são alterados e afetam significativamente o desempenho econômico. Dentro dessa concepção, é possível perceber que os moldes da evolução institucional podem estar direcionados para o crescimento econômico sustentável ou simplesmente apontando para a direção oposta e impedindo o crescimento dos níveis de investimento.

As Instituições, segundo North (1990), seriam as regras do jogo de uma sociedade, ou seja, as regulações e limitações criadas pela própria sociedade que moldam a interação humana. Em conseqüência, elas criam uma estrutura de incentivos para a realização de *trade-offs*, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. As

---

<sup>3</sup>Ver JONES, Charles I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

<sup>4</sup>T.A. de North, D., *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p vii

mudanças nessas instituições moldam a evolução da sociedade e por isso são fundamentais para compreender as mudanças históricas.<sup>5</sup> Tais “regras” estão presentes, de alguma maneira, em qualquer tipo de troca agindo de forma a reduzir a incerteza e os custos de transação e transformação e servindo de guia de conduta nas relações sociais.

É importante aqui não confundir instituições com organizações. No modelo Institucional, as organizações são grupos de agentes econômicos reunidos por um objetivo comum. Diante das instituições vigentes, a organização procura atingir seu objetivo da maneira mais eficiente possível maximizando seus ganhos diante das oportunidades encontradas e, no meio do processo, até alterando as instituições. As organizações podem ser políticas (partidos políticos, agremiações, governos), econômicas (empresas, órgãos reguladores, bancos) sociais (ONGs, associações, clubes), religiosas (igrejas) e educacionais (universidades). Na teoria, elas são a principal fonte de mudanças de direção das instituições e, portanto, são fundamentais para o entendimento de todo o processo de evolução histórica.

A forma de interação entre organizações e instituições ao longo do tempo é bastante clara se considerados os custos de transação de uma economia. Os altos custos somados a ideia de que os agentes que definem as regras e leis as definem em favor de seus interesses, usualmente levam à composição de instituições ineficientes que impedem o desenvolvimento econômico. A escassez de direitos e garantias em relação à propriedade, durante muito tempo ao longo da história, evidencia esse argumento. As organizações, então, surgem para tirar proveitos das ineficiências institucionais e, com o passar do tempo e o ganho de espaço na composição das “regras”, também atuam alterando as instituições em seu favor. Percebe-se aqui uma relação simbiótica entre organizações e instituições, além do papel fundamental da percepção dos agentes das organizações em relação às oportunidades contidas nas imperfeições mercadológicas.

As instituições, pelas quais as organizações são orientadas, podem ser formais ou informais. Instituições informais não estão escritas ou elaboradas de maneira formal, mas desempenham papel significativo nos *trade-offs*. Elas podem ser classificadas como extensões ou ramificações de leis formais, formas de conduta social e padrões de comportamentos baseados em aspectos religiosos ou ideológicos. Na prática, essas

---

<sup>5</sup> T.A. de North, D., *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p3

restrições informais são apresentadas na forma de convenções, tabus e tradições culturais. Ao longo do tempo, no entanto, essas instituições informais vão sofrendo modificações marginais, criando mínimos pontos de inflexão na trajetória histórica. Portanto, cria-se uma curva contínua altamente dependente do passado.

As restrições formais são complementares às regras informais e tem o principal objetivo de diminuir os custos de monitoramento e informação. Além disso, com a formalidade aumentam-se os custos para alteração de regras. Por formais entende-se tudo aquilo que está contido no âmbito de direito de propriedade individual e direito judicial, desde leis constitucionais até cláusulas contratuais. Como dito acima, os formuladores de política detém o poder de elaboração das restrições formais, na maioria das vezes, direcionando-as para seus próprios interesses, mas com intervenções de organizações com poder de barganha. Mudanças tecnológicas e mudanças nos preços relativos ao longo do tempo irão alterar os interesses dos formuladores e o poder de barganha dos diferentes grupos, modificando, continua e gradativamente, as restrições formais. A alteração nas regras formais, no entanto, pode entrar em conflito com as regras informais, principalmente aquelas impregnadas na cultura de determinada sociedade, impedindo a eficácia da modificação.

Instituições, sejam elas formais ou informais, não são por si só suficientes para garantir os *trade-offs* de interação social. É necessário garantir o cumprimento dos termos de troca de ambas as partes. Em um mundo de teoria econômica neoclássica (informação completa e jogos iguais e repetidos infinitas vezes) os contratos e restrições já bastariam para que houvesse *enforcement* total das partes levando à eficiência. Entretanto, a assimetria de informações faz com que a simplicidade clássica seja dissolvida quando se depara com o mundo real, fazendo com que o *enforcement* aplicado em cada situação (jogo) seja decisivo para a realização da mesma. Dessa forma, é importante que exista uma terceira parte garantindo o cumprimento dos termos ou ainda que o os ganhos para as partes sejam superiores aos custos para a realização da coação.

O conjunto que reúne regras informais, regulamentação formal e as características de aplicação efetiva dos termos de troca entre as partes (*enforcement*) compõem o cenário estático para a realização dos trade-offs e a determinação dos custos e ganhos. O percurso histórico, entretanto, é dinâmico e todos os elementos citados

estão em constante mutação devido à relação simbiótica entre instituições e organizações. O cenário apresentado e seu percurso histórico até o momento são fundamentais para a determinação do desenvolvimento sócio-econômico de uma economia específica.

## **Mudanças Institucionais**

A ferramenta para análise histórica provida pela Teoria das Instituições se concentra na observação das mudanças institucionais. Tais mudanças são consequência da interação das organizações (e seus respectivos empreendedores) na economia. Portanto, é necessário aqui explorar o comportamento dessas organizações e como elas reagem a incentivos considerando os custos de investimento e de transação.

Em um universo sem direitos de propriedade sobre inovação, o tamanho do mercado seria o principal determinante do crescimento econômico. Sem incentivos a pesquisa tecnológica, a economia se limitaria a reunir mercados de competição perfeita. A existência de um movimento constante de inovação depende da estrutura de mercado imperfeito e ganhos de monopólio, pelo menos em um primeiro momento. Assim, quanto maior for a garantia de direitos de propriedade intelectual e maior for o tempo de patente, mais incentivos terão as organizações a investir em novas tecnologias.

Essas inovações tecnológicas das firmas serão cruciais para determinar a trajetória na qual a história correrá. Isso porque os custos de inversão tecnológica podem ser muito altos, ou seja, uma vez desenvolvida e disseminada uma tecnologia, fica muito custoso reverter o processo, mesmo que uma suposta nova tecnologia venha ser mais vantajosa. Tal efeito, chamado de *lock-in*, é crucial para analisar as mudanças institucionais, já que determina o curso, na maioria das vezes irreversível, a ser seguido pela economia. A constatação é análoga a outras situações determinantes: uma vez encontrada e disseminada uma solução para determinado problema, passa a ser muito custoso recomeçar o processo com uma nova solução.

Resumindo, o quadro apresentado de instituições e *enforcement* determinarão a existência e a velocidade de inovações que serão feitas pelas organizações. As organizações, por meio de suas percepções de oportunidades, ditarão o curso a ser seguido pelas instituições e, conseqüentemente, o curso da trajetória histórica da sociedade.

A dinâmica de comportamento das organizações requer certa estabilidade de instituições na economia. Como dito acima, a garantia de direitos é um fator crucial para diminuição dos custos de transação. Como então as organizações conseguem promover mudanças institucionais? Primeiramente é preciso ressaltar que tais mudanças ocorrem de maneira incremental através de ajustes marginais nas normas, leis e costumes. Afinal, para que haja mudança, os custos de modificar as instituições devem ser inferiores ao ganho que a mudança acarretará. Na seqüência, deve-se olhar para a origem das transformações institucionais: alteração nos preços relativos e modificação das preferências dos agentes, ambas ocorrendo, quase sempre, gradualmente.

Alterações nos preços relativos são a principal fonte dos ajustes marginais das regras. Elas podem ser tanto exógenas, a exemplo de epidemias ou desastres naturais que afetam a relação trabalho/terra, ou, mais comumente, endógenas através do processo de inovação tecnológica que acarreta em alteração nos custos e benefícios de transação e variação no poder de barganha de determinados grupos de agentes. As mudanças nas preferências dos agentes são, em parte, influenciadas pelos preços relativos, mas podem acontecer, também, de forma endógena como, por exemplo, no conceito de escravidão. A ideia de uma pessoa comprar outra foi aceito durante séculos tanto no mundo ocidental como oriental até o momento em que surgiu o movimento abolicionista e a ideia de liberdade e igualdade para todos. Os economistas, no entanto, ainda não sabem muito a respeito de outras motivações, que não sejam as alterações nos preços relativos, que possam levar a mudanças nas preferências dos agentes.

Tanto as mudanças nos preços relativos como nas preferências levam as partes envolvidas em um contrato a repensarem o formato e as regras de como o jogo é executado. Com as mudanças, os resultados dos *pay-offs* sofrem alterações, fazendo com que as organizações com maior poder de barganha, por meio de suas interpretações (geralmente constituídas de informações incompletas e imperfeitas), concentrem esforços para que sejam realizados ajustes incrementais nas instituições a fim de

alcançar um melhor resultado final. Se faz necessário lembrar ainda que tal “melhor resultado final” se refere à concepção da maximização de bem-estar da organização em questão e não de maior eficiência econômica ou um equilíbrio socialmente mais vantajoso.

Pode-se argumentar ainda que guerras, revoluções e golpes de Estado podem ser exemplos que desqualificariam a Teoria das Instituições, já que poderiam causar mudanças drásticas e abruptas nas regras formais. No entanto, é possível constatar que empiricamente tais eventos não mantêm a força de mudança como preveem, principalmente devido à persistência das instituições informais, os ditos costumes, tradições e convenções. Mudanças formais impostas de forma arbitrária costumam entrar em rota de colisão com as “regras” informais levando a sociedade a novos conflitos, muitas vezes com a presença de violência a exemplo da maioria dos golpes de Estado na América Latina.

Dessa forma, fica claro que mudanças institucionais são compostas por pequenas alterações na margem, influenciadas, principalmente, pelo panorama de instituições e *enforcement* apresentados no momento. Em outras palavras, toda a dinâmica de múltiplos equilíbrios (que inclui possíveis resultados ineficientes) apresentada acima resulta em mudanças incrementais, sendo que tais mudanças significam apenas descolamentos marginais em relação ao *framework* atual. Portanto, uma vez seguido certa trajetória, essa mesma torna-se fundamental para a determinação da evolução econômica no tempo, ou seja, cria-se um *path dependence*. Segundo North, “*path dependence means that history matters*”<sup>6</sup>, o resultado sócio-econômico é basicamente determinado pela trajetória percorrida e o conseqüente cenário atual. A trajetória, por sua vez, é moldada pelas conseqüências de mercados imperfeitos e ganhos de escala, que vão definir os custos de transação e o poder de barganha das organizações. Assim, as organizações com maior poder de barganha dedicarão esforços para tornar o panorama de instituições o mais alinhado possível com seus interesses e a economia, então, caminhará para um novo cenário com políticas que reforcem os incentivos e o poder de barganha que essas organizações possuem.

---

<sup>6</sup> Citação de North, D., *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p 100

No entanto, numa economia podem existir múltiplas organizações com alto poder de barganha e diferentes interesses (socialmente eficientes ou ineficientes) levando a sociedade a um resultado final ambíguo e um caminho difícil de determinar. Isso ajuda a explicar, em parte, os resultados econômicos de diferentes países. Uma mudança nos preços relativos ou nas preferências dos agentes será absorvida por cada economia por meio de um ajuste marginal que será essencialmente diferente devido ao panorama de instituições único de cada economia em conjunto com seu grupo, também único, de organizações poderosas. Nesse contexto, cada economia convergiria, por meio de ajustes marginais, para um equilíbrio distinto, contrariando, em parte, a teoria neoclássica.

### **Análise Histórica pela Teoria das Instituições**

A Teoria das Instituições e o conceito de mudança institucional agregam valor para a narração da História econômica. A evolução econômica brasileira foi, durante muito tempo, contada com a incorporação da Teoria da Dependência, mas, a partir dos anos oitenta foi gradualmente sendo substituída pelas instituições em conjunto com a Cliometria que, conforme antecipado, consiste em utilizar técnicas econométricas, métodos quantitativos e teoria econômica para relatar a história social.

Segundo North (1990), os relatos históricos devem ser uma construção coerente da evolução de algum aspecto humano da sociedade no tempo. Para isso, é necessário que exista uma consolidação lógica e consistente com as teorias e as evidências disponíveis. A Cliometria e a Teoria das Instituições permitem ao historiador atingir os objetivos propostos por North de maneira mais concreta, já que conseguem construir modelos generalistas para a História como um todo, diferentemente dos métodos anteriores que apenas montavam um retrato de cada período sem que fosse possível inseri-los em modelos econômicos. A teoria neoclássica tampouco é suficiente. Seus conceitos, apesar de bastante úteis para a formulação da Teoria das Instituições, são focados em determinado ponto no tempo e pressupõem um mundo sem custos de transação, o que a torna uma limitação para a visão da evolução gradual da história.

Inserindo uma visão contínua e adicionando custos de transação e transformação, fica evidente a necessidade da utilização da Teoria Institucional e do método Cliométrico na elaboração de passagens histórico econômicas.

## Capítulo 2

### Mão de Obra: Escravidão e Trabalho Livre

#### Determinantes Teóricos da Escravidão

Presentes tanto no Império Romano, quanto nas conquistas imperialistas, os escravos são parte marcante do traçado histórico. A justificativa para a existência da escravidão durante tanto tempo na história humana já foi construída de diversas maneiras, assim como a explicação para seu fim. Na maioria das vezes, tais explicações são montadas com a utilização de relatos e análises sociais específicas de cada localidade, a exemplo da próspera economia americana durante os séculos XVIII e XIX. Nela, a escravidão esteve presente em toda a fase de consolidação dos Estados Unidos como potência econômica mundial. Já a abolição foi justificada tanto por ideais relativamente novos, provenientes do ilusionismo, como por conflitos internos referentes ao desenvolvimento do país, que culminou em uma sangrenta guerra civil.

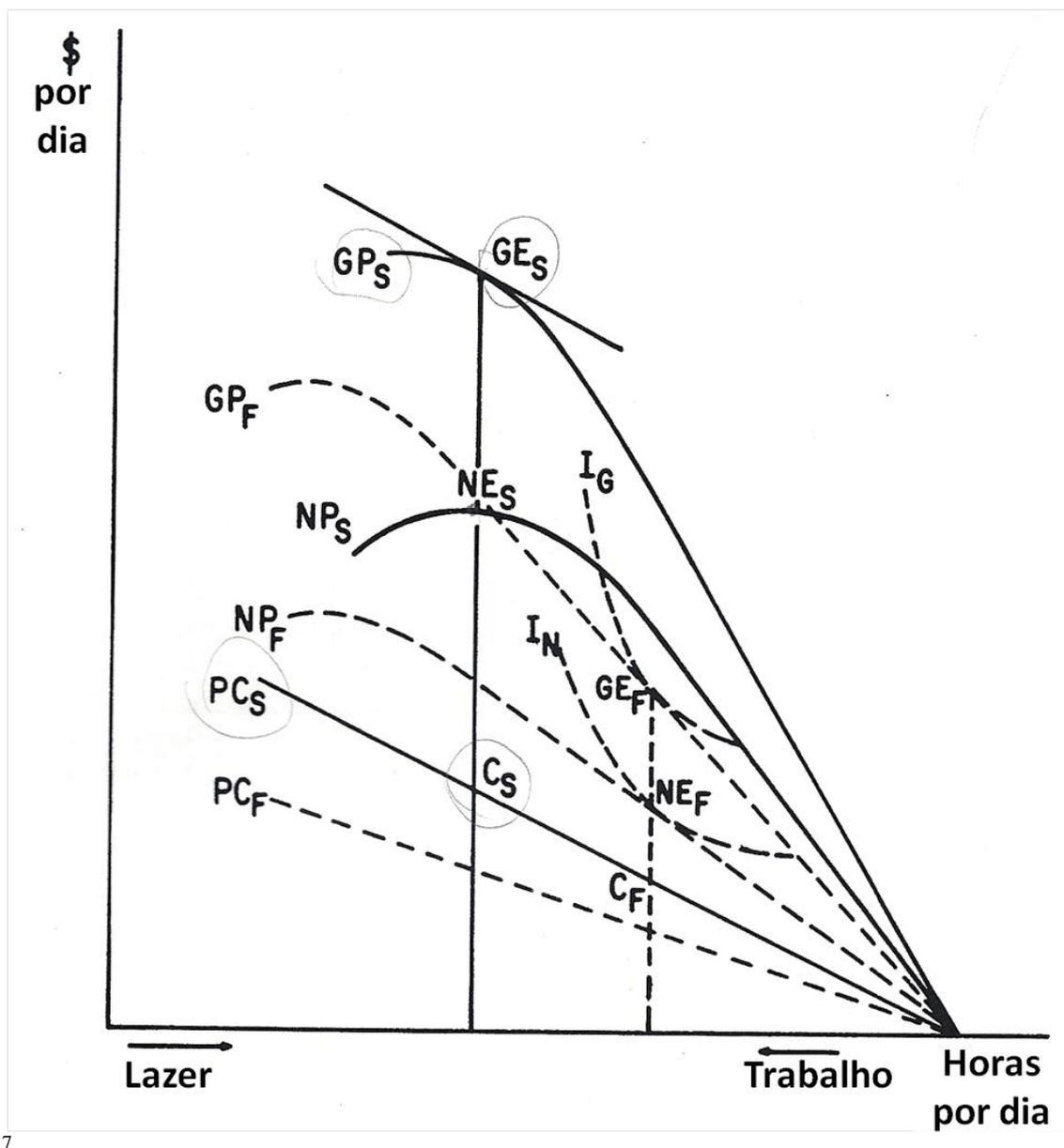
A abordagem institucional, integrada aos métodos cliométricos, permite uma generalização para a explicação tanto da existência, como do fim da escravidão. Alinhados com o pensamento da Nova Economia Institucional, alguns autores contemporâneos de North desenvolveram estudos voltados à modelagem de flexões históricas e, mais em particular, das condições que sustentaram a manutenção da condição escrava. Dentre eles, Barzel (1977), que, por meio de observações e comparações de outros estudos, elaborou um modelo que revela os pré-requisitos econômicos para a sustentação da escravidão como meio de mão de obra em uma economia e quais as razões para a transferência desse sistema para outro, baseado em trabalho livre.

Segundo o autor, em uma economia com mercado de trabalho livre, cada indivíduo escolhe a quantidade de trabalho que deseja empregar em função do consumo que deseja obter. Já na economia com mercado de trabalho escravo, o proprietário do escravo é quem toma a decisão de consumo e de trabalho a ser desempenhado pelo

escravo. Nesse caso, a quantidade de consumo é escolhida com o intuito de maximizar o trabalho exercido pelo escravo, sendo o escravo isento de escolha e sujeito ao *enforcement* empregado pelo proprietário.

Partindo, então, do *trade-off* entre trabalho e lazer, Barzel afirma que, no caso da economia escravocrata, o proprietário não terá incentivos a escolher nenhuma porção de lazer para seus escravos. Dessa forma, o escravo trabalhará mais do que qualquer trabalhador livre, supondo que o trabalhador balanceie seu tempo entre as duas variáveis. Assim, a linha imaginária de recompensa pelo trabalho do escravo estará sempre acima da linha análoga do trabalhador livre, mesmo que este tenha a mesma produtividade que o escravo. O fato do escravo não ter o poder de escolha no *trade-off*, faz com que os custos e ganhos de seu trabalho sejam apresentados como dados tecnológicos sem interferência de preferências.

A recompensa ou salário do trabalho, que no caso da servidão é mais facilmente interpretado como custo para o proprietário, é, segundo Barzel, fundamental para o consumo do trabalhador. O consumo, por sua vez, é pré-requisito para a execução do trabalho, em qualquer nível. Dessa forma, o proprietário irá escolher o consumo ótimo de seu escravo a fim de maximizar o esforço aplicado nas tarefas a serem desempenhadas. Em um horizonte de um dia, o produtor escolheria um esforço de trabalho de 24 horas por parte do escravo ou trabalhador livre, no entanto é preciso considerar o cansaço do indivíduo, que faz com que, a partir de determinado ponto, a curva de produtividade decline até chegar a zero. No caso do trabalhador, esse consumo que leva ao aumento de produtividade é parte da recompensa paga pelo produtor. Já no caso do escravo, como o consumo é imposto pelo proprietário, toda a recompensa é revertida em consumo que acarretará ganho produtivo.



7

No gráfico acima, GP<sub>S</sub> é a curva do ganho bruto associado ao trabalhador escravo e GP<sub>F</sub> a curva análoga associada ao trabalhador livre. No modelo, os trabalhadores são idênticos quanto ao ritmo de produção. Suas curvas diferem apenas devido ao fato de que o escravo é coagido a trabalhar até seu esgotamento físico e mental. PC<sub>S</sub> e PC<sub>F</sub> são as curvas de consumo produtivo do escravo e do trabalhador livre, respectivamente. NP<sub>S</sub> (GP<sub>S</sub> – PC<sub>S</sub>) e NP<sub>F</sub> (GP<sub>F</sub> – PC<sub>F</sub>) são as curvas de ganhos líquidos referentes a cada tipo de operário. Os pontos de máximo das curvas são indicados por “E” e representam os pontos de equilíbrio da alocação produtiva, dados C<sub>S</sub> e C<sub>F</sub>, as quantidades de consumo que maximizam os ganhos da produção escravocrata e livre, respectivamente.

<sup>7</sup> Gráfico extraído de Barzel (1977), T.A.

Mostradas as curvas e variáveis do modelo, o autor supõe a existência de um trabalhador livre, porém devedor. Seu déficit alcançaria um montante igual ou superior a NEs, ou seja, a GEs – Cs. Em outras palavras, tal trabalhador contraíra uma dívida igual ou superior ao ganho líquido da produção de um escravo. Sendo assim, para quitar seu débito, o operário teria de esforçar-se ao máximo, da mesma forma que um escravo faria. Em qualquer outro ponto das curvas GPs e GPf, o trabalhador devedor não atingiria sua cota mínima para o pagamento da dívida, ou seja, sua escolha de consumo e entre trabalho e lazer é limitada, pela sua situação de devedor, a um ponto único do modelo (GEs). Qualquer movimento do trabalhador devedor, seja lateralmente na curva GPs ou em direção a curva GPf se torna incompatível com a geração de recompensa que garante o rolamento da dívida. Em termos dinâmicos, a escolha do trabalhador se aproximará de GEs tanto quanto for maior a sua dívida.

Portanto, no modelo de Barzel, um escravo poderia ser igualado, em termos econômicos, a um trabalhador livre extremamente endividado. O policiamento da atividade do trabalhador seria crucial para distinguir os diferentes casos. Assim, a existência da escravidão poderia, de alguma forma, ser justificada pela inexistência de fatores que possibilitassem o endividamento do trabalhador ou pelo alto poder de barganha do produtor.

Tendo em vista a dinâmica proposta por Barzel e antevendo a análise do mercado de trabalho na economia cafeeira, deve-se chamar a atenção também para o modelo neoclássico de mercado abertos considerado por Reis e Reis (1988). Nele, a generalização se torna menos abrangente por considerar apenas economias essencialmente agrárias e voltadas para a geração de excedente. Sua dinâmica é determinada pela oferta relativa dos fatores de produção que, no caso agrário são sempre terra e trabalho. A análise se resume na caracterização dos casos extremos. Quando a economia conta com abundância de mão de obra disponível e escassez de terras, tem-se a situação em que as rendas geradas apenas pela terra são maiores que zero. Nesse caso, o trabalhador livre se verá sentenciado a permanecer em estado primitivo, no qual necessita de atividades como a caça ou o cultivo de terras impróprias, ou então se tornará empregado de um proprietário de terra. Em ambos os casos a renda do trabalhador será apenas suficiente para sua subsistência. Isso porque o proprietário não terá incentivos para pagar maiores salários dado a ampla disponibilidade de mão de obra.

A segunda extremidade do modelo, denominada de recursos abertos, conta com abundância de terras em relação ao trabalho. Aqui não existem ganhos reais apenas com a renda da terra, o que faz com que o fator trabalho tenha de ser necessariamente barato para que a produção possa obter rendas excedentes. No entanto, a relativa escassez de mão de obra gera incentivos naturais para a constante elevação da renda dos trabalhadores, inviabilizando a produção agrícola. Porém, de fato, não é isso que acontece. As organizações com alto poder de barganha poderão construir instituições coercivas com a intenção de manter o mercado de trabalho sob controle, ou seja, sem condições de transitar arbitrariamente entre plantações. Em outras palavras, os proprietários de terras terão incentivos para manter um sistema de escravidão. Dessa forma, os ganhos monetários serão fruto da produção que tem como característica o baixo custo com mão de obra.

## **Transição para o Trabalho Livre**

Tanto a concepção de Barzel (1977), quanto a análise de Reis e Reis (1988) podem ser aproximadas da matriz institucional proposta por North (1990), onde organizações com maior poder de barganha conseguem promover mudanças marginais com o intuito de maximizar seus ganhos. Em uma economia com escravos, entretanto, a parte da sociedade que pode ser definida como organização poderosa (os proprietários) se encontra em uma situação de estabilidade e não gera mais nenhum tipo de esforço para alterar as regras do jogo. A estabilidade garante a interação entre os agentes ao reduzir os custos de transação e beneficia aqueles com maior poder de barganha. Como, então, as articulações do *framework* proposto puderam ser alteradas de forma a reverter tal situação de estabilidade? North propõem dois tipos de mudanças que poderiam ocorrer para alterar a dinâmica das instituições em uma economia. A primeira gerada de forma endógena, por meio da dinâmica do modelo institucional e a segunda tomada por fatores exógenos provocados por fatores excluídos da teoria.

A principal fonte para modificações nas instituições são as mudanças de preços relativos, enquadradas as evoluções tecnológicas que reduzem os custos de transação e informação e as alterações nas relações de preços entre terra e trabalho, capital e terra

ou capital e trabalho. A formação endógena que culmina numa alteração de preço relativo deriva da própria evolução do modelo: os grupos organizacionais estarão em constante maximização de esforços para elevar seus ganhos, predominando aqueles com maior poder de barganha. Os agentes desses grupos, durante o processo, adquirem conhecimento que, por sua vez, é revertido em evoluções tecnológicas. Tais transformações irão alterar os custos de aplicação, monitoramento e transação, o que será refletido na percepção de perdas e benefícios das interações. A conclusão será a de alteração nos preços relativos. No caso da sociedade escravocrata, porém, é difícil imaginar que tal processo esteja ligado com a abolição. A própria natureza de mão de obra barata não gerava incentivos para a obtenção de maiores conhecimentos e evoluções tecnológicas. Além disso, as organizações com poder de barganha eram limitadas aos poucos detentores de escravos que já atingiam seu benefício máximo com o *status* de estabilidade.

Portanto, no caso em que as mudanças endógenas não alteram a direção do traçado histórico, seguindo a teoria de North, apenas mudanças exógenas à interação entre organizações poderiam causar um efeito de inflexão no modelo. As alterações exógenas, tal como um choque de oferta, também atuam no formato de mudança nos preços relativos como já salientado no capítulo 1. De fato, a maioria das sociedades que comportavam um grande número de escravos em sua estrutura sofreram choques que não estavam incluídos no modelo institucional. Dois exemplos ilustram o argumento: o sul dos Estados Unidos, que sofreu a influência abolicionista do norte e o Brasil, que viu o tráfico negreiro no atlântico ser extinto por decreto inglês. Vale lembrar que a adaptação das organizações dessas economias não é imediata. De forma incremental, elas procuram conhecer suas novas possibilidades e modificam suas estratégias de interação. Enquanto os Estados Unidos presenciaram uma discussão que resultou na Guerra Civil, o Brasil contou com amplas batalhas congressuais que culminaram não só na abolição, mas também na mudança de sistema político.

Contudo, as mudanças nos preços relativos não respondem inteiramente pelas inflexões nas instituições. Há também, outra fonte exógena: as mudanças nas preferências dos agentes, como também mostrado no capítulo 1. Na maioria das vezes correlacionadas, as alterações nos preços e gostos modificam os ganhos das organizações, que passam a agir de maneira diferente, visando novos resultados. O caso da escravidão é emblemático e bastante utilizado como exemplo nas teorizações dos

principais formuladores da Nova Economia Institucional. Isso porque a abolição, em diversas nações, pode ser vista como fruto tanto de mudanças em preços relativos como em um grande movimento de inflexão nas preferências.

A origem das mudanças nas preferências dos agentes, no entanto, é incerta. Seguramente, a própria mudança nos preços relativos influencia diretamente a decisão do agente. Uma alteração de valor pode fazer com que o indivíduo, com o passar do tempo, reorganize seus hábitos e transforme sua forma de encarar determinado assunto. North mostra a relação de custos e benefícios de ser ter um filho, por exemplo. De acordo com as teorias neoclássicas de desenvolvimento econômico, ela sofreu significativa variação ao longo do século XX. A evidência empírica de reorganização familiar é consequência direta dessa modificação.

No âmbito da servidão como forma de trabalho, fica claro que a maneira de encarar a ideia de posse sobre seres humanos sofreu alteração a partir do século XVIII. Em muitas economias escravocratas, a eclosão do movimento abolicionista se deu ainda com os meios de produção bastante lucrativos, o que revela que a mudança em preços relativos unicamente não só não explica o fim da escravidão, como, em muitos casos, obtém papel secundário. North explica que o custo de expressar um ponto de vista novo para si mesmo, ou seja, de mudar de opinião é mínimo no modelo de instituições, principalmente numa democracia em que o voto é secreto, como nos Estados Unidos. Dessa forma, os contrários à abolição não teriam como direcionar esforços para barganhar, ou até subornar, os agentes, para que estes se tornassem partidários da causa escravista. Portanto, a dinâmica de evolução do modelo institucional que produz fontes endógenas para mudanças de preços relativos não é atingido por modificações de preferências ou gostos.

A parte que não é explicada por mudanças de preços relativos permanece ainda misteriosa para os teorizadores da economia institucional. Quanto à aversão à ideia de uma pessoa possuir outra, ela poderia ser atribuída aos pensamentos iluministas provenientes dos séculos XVI e XVII ou ainda, aos ideais renascentistas do século XV. A revolução industrial e a nascente globalização do século XIX também poderiam ter contribuído para a inflexão de pensamento e conseqüente mudança de preferência. Entretanto, a falta de método para comprovação dessas relações impede a afirmação concreta dessas influências.

O caso brasileiro de manutenção e subsequente abolição da escravidão pode ser inserido na teorização genérica das instituições, apesar de contar com inúmeras peculiaridades. A formação colonial e a estruturação da economia cafeeira constituem a matriz institucional na qual a transição de mão de obra ocorre. A dissertação tratando da evolução que levou a essa mudanças é apresentada nos próximos capítulos.

## Capítulo 3

### A Economia e a Mão de Obra antes do Café

#### Precedentes: Ciclos Econômicos Anteriores ao Café

O nascimento da economia brasileira se deu sob o comando da metrópole Portugal no formato de “Sistema Colonial”, termo cunhado por Caio Prado Jr. Para o autor, a posição da colônia era a de fornecedor de matéria-prima, favorecendo a expansão econômica da Europa e a demanda externa e promovendo uma acumulação primitiva. A caracterização do dito Sistema Colonial marcou os três primeiros séculos da colônia brasileira e ainda exerceu influência na economia durante o ciclo do café e o início da industrialização. Alguns autores argumentam ainda que as características coloniais deixaram vestígios e perduram em alguns aspectos da economia brasileira até hoje.

O Sistema Colonial é marcado por três elementos na dinâmica da economia: grande propriedade rural, monocultura e trabalho escravo. Esses são aspectos essenciais para a dinâmica de exportação monopolística, no qual a colônia transaciona exclusivamente com a metrópole. Com o monopólio transacional, não havia incentivos nem condições para diversificação da produção (o consumo dos grandes produtores rurais era quase todo importado) ou para a emergência do trabalho livre e assalariado. A condição de produção era imposta por fatores externos: no caso do Brasil, apenas fornecer gêneros tropicais a Portugal.

Dentro desse contexto, a economia brasileira evoluiu ao longo dos séculos por meio de processos cíclicos específicos no qual um determinado produto era explorado e cultivado em larga escala até o esgotamento de seu sistema produtivo, levando a economia, praticamente, de volta ao ponto inicial. A análise de âmbito microeconômico de Celso Furtado ilustra bem a dinâmica de produção. Nela, em um primeiro momento, o desenvolvimento produtivo se daria pela expansão dos recursos com a incorporação de mais terra ou mão de obra, já que a colônia contava com abundância de terreno e o custo de escravos adicionais era baixo em relação a uma suposta mudança técnica nos

meios produtivos que elevasse a produtividade. Assim, quando uma retração de mercado ocorria, a produção se mantinha lucrativa, pois nesse caso o custo variável (manutenção de escravos e aquisição de matérias primas) era insignificante fazendo com que o custo total fosse igual ao custo fixo, diluído ao longo do tempo. Portanto, mesmo com a retração do preço do produto colonial, devido a uma contração da demanda externa ou pelo esgotamento da oferta, a produção se mantinha em plena capacidade. Ao longo do tempo, haveria um atrofiamento monetário (no entanto, sem gerar prejuízos à metrópole e aos produtores e sem causar desequilíbrio externo na balança comercial) e, conseqüentemente um definhamento da economia. Fica clara, então, a inexistência de algum tipo de pressão para o fim do Sistema Colonial.

Essa dinâmica contribuiu para a estagnação socioeconômica do país e o baixo crescimento do produto. A própria condição de colônia do Brasil, por gerar um sistema de desincentivos ao desenvolvimento, manteve-o paralisado no tempo em termos econômicos. Apesar disso, algumas transformações sociais exploradas mais a frente nesse estudo, tal como o crescimento da população, forma cruciais para a mudança gradual do Sistema.

Dentre os não muitos ciclos produtivos que existiram no Brasil, destaca-se primeiramente o referente ao açúcar. Após uma fase inicial de exploração territorial e extração madeireira sem grandes ganhos monetários, o Reino de Portugal divide o território colonial em capitanias e as concede a portugueses dispostos a povoar a colônia (leia-se: com amplas garantias e incentivos da coroa portuguesa). Os novos proprietários das terras, com plenos poderes, cedidos pelo Rei português, iniciam, então, a cultura da cana-de-açúcar. A escolha se deu diante da forte apreciação do açúcar pelo mercado europeu e a baixa produção mundo a fora. O produto costumava ser vendido em mínimas quantidades devido a seu alto custo em relação à atualidade. Além disso, Portugal já contava com alguma produção de engenho em pequenas partes de seu território e, portanto, já detinha o conhecimento da técnica produtiva. Os vastos territórios disponíveis e amplamente favoráveis ao plantio da cana, principalmente no Nordeste brasileiro, contribuíram como mais um fator para o desenvolvimento da agricultura. O financiamento e as vendas eram conduzidos por empresários e mercadores holandeses e a mão de obra era escrava e negra, proveniente das colônias africanas, em sua maioria, vinculadas aos portugueses.

A produção, por si só, apenas se fazia economicamente viável se existisse em larga escala, ou seja, ocupando um largo pedaço de terra e necessitando de um amplo contingente de trabalhadores, impedindo assim, o funcionamento da lavoura por parte de pequenos proprietários de terra. Tal dinâmica de produção corrobora a tese do historiador Caio Prado Jr. de “Sistema Colonial” onde coexistiam a grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.

A instabilidade política de Portugal, no entanto, permitiu que mercadores holandeses invadissem territórios do Nordeste brasileiro e adquirissem a técnica necessária para o plantio da cana e a produção de açúcar. Mais tarde, já com o enfraquecimento político de Portugal, a Holanda passa a comandar engenhos açucareiros em suas colônias no Caribe. A produção holandesa, mais eficiente e mais bem localizada, supera, em produtividade, os engenhos sul-americanos caracterizando uma retração exógena da demanda pelo açúcar brasileiro. A consequência fora, como mencionado acima e seguindo o modelo de Celso Furtado, um atrofiamento monetário incremental, decorrendo numa retração gradual da produção.

A fase decadente do ciclo econômico do açúcar reascendeu os investimentos na procura por metais preciosos que, anteriormente não haviam sido encontrados. A descoberta de ouro na região Centro-Sul logo solidificou uma nova engrenagem produtiva e consolidou o abandono do cultivo açucareiro. Ao contrário do que geralmente acontece, a extração do ouro brasileiro era, em sua maioria, realizada nos rios e conhecida como ouro de aluvião, no qual é empregado um alto custo de monitoramento. Essa nova dinâmica de produção permitiu alguma mobilidade social, com escravos podendo comprar sua liberdade, diferentemente do que ocorria no ciclo anterior. Ainda assim, a dominância da coroa portuguesa e a incerteza envolvida no negócio fizeram que a extração ficasse concentrada em pouco e grandes empresários da época.

O fim do ciclo se deu pela escassez do metal, mas foi acelerado pela ineficiência dos administradores locais em buscar novas técnicas ou métodos de produção. Assim como no ciclo da cana-de-açúcar, a produção perdurou por bastante tempo, mesmo em contínuo declínio e baixa produtividade, levando a estrutura econômica do país, novamente, ao ponto inicial de agricultura de subsistência.

Outros ciclos produtivos tiveram sua relevância na economia brasileira antes da cultura cafeeira e até durante a mesma, tais como a pecuária, a extração da borracha e de madeira e o cultivo de algodão e cacau. No entanto, não cabe a esse estudo analisá-las. Basta apenas salientar para o enquadramento delas nas concepções dos autores mencionados acima (o ciclo da borracha, no Norte do país, contou com trabalho assalariado e outras características próprias). O novo ciclo cafeeiro, que se iniciaria ao fim do ciclo da mineração, traria consequências díspares daquelas até aqui apresentadas. Uma das mais importantes, referente à mudança de mão de obra, será tratada no próximo capítulo. Entretanto, antes de falar sobre a mudança estrutural, se faz necessário mencionar o contexto em que o trabalho escravo surgiu no Brasil.

### **Determinantes Históricos da Mão de Obra Escrava no Brasil**

A história da mão de obra no Brasil, anterior a consolidação da economia cafeeira, tem suas características únicas, mas pode ser enquadrada nos modelos de trabalho apresentados em outras economias da época essencialmente agrárias, podendo ser comparada, principalmente, a outras colônias europeias que emergiram a partir do início do colonialismo. Tanto nas colônias africanas e asiáticas, como nas americanas, com exceção do norte dos Estados Unidos, a atividade produtiva era quase que exclusivamente concentrada nas atividades que levariam a acumulação primitiva das metrópoles. No Brasil, como já explicitado na sessão anterior, os primeiros ciclos econômicos após a colonização giraram em torno da estrutura caracterizada pela grande propriedade rural e a monocultura. Esses fatores, por suas características estruturais, exigiriam um tipo de mão de obra específico de baixo custo e volumoso: a escravidão.

Isso se deu porque na colônia havia uma necessidade de concentração de renda a fim de viabilizar a extração de um largo excedente. Caso fosse instaurado um sistema de trabalho livre e dada a abundância de terras existentes, seria necessário o pagamento de salários altos, inviabilizando o excedente, para que o indivíduo não mantivesse sua própria produção, mesmo que apenas para o consumo próprio e de subsistência. O desencontro entre excedente nulo na produção e o “Sistema Colonial” de Prado Jr. é gritante. Portanto, a própria definição de colônia, apenas uma ampliação forçada da

metrópole com fins de acumulação, somada às condições naturais e climáticas, resultaram na busca pela atividade agrícola (quase sempre extrativa) escravocrata ideal, ou seja, aquela que maximizaria o lucro dos senhores metropolitanos. No caso da América do Norte, por exemplo, as condições climáticas impediram o desenvolvimento da agricultura de larga escala, o que fez com que essa região se voltasse para o sistema de colonização de povoamento sem a utilização de escravos.

Definidas as particularidades do sistema colonial brasileiro e a conseqüente exigência pelo trabalho escravo, fica evidente a necessidade de mencionar a origem dos escravos que atuaram no período colonial. A aparente inexistência de metais preciosos nas costas brasileiras levou Portugal a investir no açúcar e desenvolver sua economia a partir desse produto, como já mencionado anteriormente. Pela facilidade de concepção, os índios foram os primeiros escravos no Brasil, o que permitiu um desenvolvimento inicial e a consolidação da produção. No entanto, logo os colonos perceberam que haveria um custo significativo de adequar a população indígena ao trabalho agrícola de larga escala, que incluía a captura do índio, a escravização e a educação referente ao trabalho a ser desempenhado. A crescente demanda pelo açúcar fez com que a produção se expandisse, requerendo a manutenção de um número grande de escravos em pouco tempo. A alternativa à escravização dos nativos fora a vinda de escravos negros da África já acostumados com o processo produtivo. Corroborando o que disse Prado Jr., Fernando Novais (1979), defende a tese da utilização do escravo africano como a consolidação do Sistema Colonial. Segundo ele, visando aumentar a acumulação de excedentes, os colonos portugueses optaram pelo tráfico negreiro entre colônias portuguesas distintas. Assim, os ganhos com a produção açucareira brasileira também alavancariam a exportação de escravos angolanos e de outras colônias portuguesas, ou seja, a coroa portuguesa obteria lucros com o açúcar e com os escravos. Novamente frisando a essência do sistema colonial, a escolha pelo tráfico negreiro, em detrimento de nativos brasileiros ou até mesmo de servos importados de outras localidades, se deu com o intuito de maximizar o excedente da produção das colônias.

Furtado, legitimando as ideias de Prado Jr. e Novaes, sustenta ainda que a mão de obra escrava fora fundamental para a manutenção do sistema colonial cíclico. Sendo grande parte da população brasileira a época, os escravos não tinham condições de transgredir de classe, impedindo assim, rompimento com os ciclos econômicos descritos acima. Mesmo durante o ciclo da mineração, no qual as características de extração

(aluvião) permitiam alguma mobilidade social, não houve nenhum tipo de ruptura e, ao final do ciclo, a população de escravos livres já se tornara irrelevante. Além disso, a abundância de escravos na colônia não gerava incentivos para nenhum tipo de inovação tecnológica que aumentasse a produtividade marginal, mesmo durante o final do século XVIII e o início do século XIX, quando a revolução industrial afluía na Europa e nos Estados Unidos.

O sistema escravista manteve-se até o final do século XIX no Brasil, já com a economia cafeeira consolidada. Apesar da ruptura com esse sistema, as características da relação entre senhores e servos perduraram por bastante tempo na sociedade brasileira. Thomas H. Holloway (1984), em uma abordagem institucional, demonstra como a escravidão foi peça fundamental para a compreensão da história econômica brasileira. Segundo ele, “a escravidão moderna foi, antes de mais nada, uma instituição econômica, mas o aparato político para mantê-la e a estrutura social, construída sobre a dicotomia senhor-escravo, impregnaram a história do Brasil”. Mesmo que de forma gradual, a transição do sistema de mão de obra deixou vestígios do antigo sistema nas relações econômicas, uma vez que a abolição se deu durante o período do ciclo do café que obteve continuidade agora com trabalhadores assalariados e, em sua maioria, imigrantes.

## Capítulo 4

### Economia Cafeeira e as Mudanças na Mão de Obra

#### Surgimento e Ascensão do Café

O fim do ciclo da mineração em meados do século XVIII leva, novamente, a economia brasileira ao seu *status quo* de estagnação. Assim, o país permanece, por algum tempo, apenas com produções pouco significativas de ciclos que já haviam atingido seu auge ou que eram impedidos de obter expansão dadas as condições externas de oferta, como o algodão que era produzido nos Estados Unidos de forma mais eficiente, ou de demanda, a exemplo do cacau, pouco apreciado pelos mercados europeus na época. No entanto, as mudanças sociais ocorridas na Europa naquele mesmo século, fruto do início da revolução industrial e do crescimento da população, fizeram com que a economia agrária colonial fosse reaquecida. Mesmo sofrendo forte competição das colônias do Caribe e da América do Norte, a valorização dos produtos vindos da terra tornaram as produções de açúcar e algodão ascendentes no Brasil. Outras culturas, tais como a do arroz e do tabaco também sofreram elevações. A falta de competitividade brasileira na cultura desses produtos, porém, limitou o crescimento e exacerbou um cenário de perspectivas ruins para a economia brasileira. Somando, então, a falta de pelo menos um produto dinâmico no mercado internacional a um recém elaborado governo local que havia contraído as dívidas de sua antiga metrópole, temos como resultado um país com imensas dificuldades de atrair capitais estrangeiros e de baixa expectativa de desenvolvimento, pelo menos até meados do século XIX. A consolidação do café viria para modificar esse panorama.

As primeiras plantas de café foram introduzidas no Norte do Brasil por volta de 1720, mas foi apenas um século depois, impulsionado pela crescente demanda europeia<sup>8</sup>, que ele se expandiu para o Sul até chegar ao Estado de São Paulo. Furtado cita que a viabilização da expansão produtiva se deu por meio de um momento oportuno

---

<sup>8</sup> Segundo estimativas de Ocampo(1984,pp 301-15), a demanda mundial por café deve ter crescido a uma taxa de 2,7% ao ano entre 1830 e 1900.

no qual as outras áreas produtoras de café, principalmente o Haiti, que começava a enfrentar uma crise política em 1791 e que, conseqüentemente, acarretou em desorganização da produção e alta dos preços. O Haiti, na época, produzia mais da metade das 1,2 milhão de sacas que eram consumidas no mundo. Assim, a economia brasileira, aproveitando a estrutura dos ciclos do açúcar e da mineração, adentrou no ciclo do café. Já em 1820, o café fazia parte das principais exportações brasileira ao lado do açúcar e do algodão.

Tendo como base a fazenda de agricultura voltada para exportação (influenciada pela estrutura do ciclo açucareiro), a produção centrou-se, entre 1830 e 1870, no Vale do Paraíba do Sul, reunindo oeste do Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e centro-sul paulista. Por volta de 1840, a produção se expandiu também, de forma tímida, para o oeste paulista. Com a inserção do início de montagem da malha ferroviária paulista, essa nova região ganhou força e tornou-se também um polo cafeicultor por volta de 1880, sendo, a partir de 1894, a região com o maior número de exportações de sacas de café. De 1880 até 1935, a reunião desses polos levou o Brasil a ter como principal fonte de renda de exportações o café, que chegou a representar 80% do total das exportações brasileiras, e a suprir mais da metade da demanda mundial com picos de 75% de participação internacional, o que levou, ainda no início do império, ao ganho de popularidade da máxima de que “o Brasil é o café e o café é o Brasil”.

Durante todo o período em que o café dominou a economia nacional, que abrigou mais de um século, o mais citado indicador econômico era, justamente, o preço do café. Um notório *slogan* da era cafeeira escravocrata, “o café da pra tudo”, remete ao fato de que a economia era guinada pelas oscilações do preço do fruto. Após a valorização até os anos 1820s, houve um declínio nos preços, acompanhando a expansão da oferta. A partir da metade do século, no entanto, a tendência de valorização se manteve até meados de 1900. Reflexo do ritmo crescente da demanda mundial e dos problemas encontrados pela oferta em acompanhar o mercado. Após a expansão inicial da oferta, o Brasil não teve condições de alargar sua produção rapidamente devido à falta de transportes para o interior paulista e à escassez de mão de obra. A chegada da ferrovia e a entrada de imigrantes europeus, acoplada à abolição da escravidão, permitiu a rápida expansão da produção a partir da última década do século XIX.

O cultivo do café e a estrutura da fazenda, com exceção dos meios de mão de obra, se mantiveram, praticamente, inalterados ao longo do tempo e foram fundamentais para a análise, justamente, do fim da escravidão e da inserção do trabalhador livre. Como já mencionado, a geografia e o clima foram essenciais na escolha pela agricultura no sistema colonial. A produção cafeeira, indiferente de várias outras produções agrícolas, necessita de condições particulares para obter ganhos competitivos no mercado mundial. Condições essas que foram encontradas no oeste paulista e, em bem menor grau, no Vale do Paraíba. Dentre elas, é possível ressaltar a diferenciação do solo na região. Conhecido como *terra roxa*, o terreno paulista é rico em ferro e potássio, bastante requeridos pela planta do café. Além disso, a região está inserida ao norte da linha de geadas, que ocorrem mais ao sul, e distante da linha equatorial, escapando do calor intenso. Tais condições, adicionadas a níveis pluviométricos favoráveis e estiagens na época das colheitas, formam o ambiente mais favorável possível para a cultura cafeeira<sup>9</sup>.

Quanto à dinâmica de produção, vale ressaltar a importância da enxada como principal instrumento de trabalho na lavoura. Com ela, o operário livrava os cafezais de pragas em uma atividade rotineira. Desde as primeiras plantações até o século XX, ela esteve presente, justificando a utilização de intensa mão de obra. O número de escravos necessários era diretamente proporcional ao número de pés plantados, o que fez com que, a partir de 1870, fazendeiros e vendedores procurassem substitutos para a enxada, a fim de aumentar a produtividade do trabalho, já que a mão de obra escrava se tornara, à época, escassa. A procura, apesar dos grandes esforços, não atingiu seu objetivo. Alguns cafeicultores até se aventuraram, comprando maquinário inovador, mas sem resultados relevantes de ganho de produtividade por operário. Dessa forma, o trabalho se tornaria o fator mais relevante na produção e mais discutido no governo brasileiro.

O outro fator de produção, a terra, também estaria no cerne das discussões dos representantes governistas, no entanto, apenas os mais antigos cafeicultores, aqueles do Rio de Janeiro e leste de São Paulo (Vale do Paraíba), assistiriam a degradação do solo e constatariam a escassez de terras. No oeste paulista, a abundância de terras ainda virgens garantiria a manutenção da expansão cafeeira ao longo dos anos. Aqui, vale ressaltar a importância da fatura de terras para a cultura do café. Após a primeira

---

<sup>9</sup> Holloway (1984, p45).

colheita, que ocorre apenas de 4 a 6 anos depois do plantio da muda, o pé tende a ter vida útil de 20 a 40 anos e, a partir daí, o solo fica inutilizável, considerando que o uso de fertilizantes modernos só se tornou popular em meados do século XX. Isso implica que, no longo prazo, a produção teria de migrar para novos terrenos.

Além de caracterizar a indústria cafeeira e o seu crescimento, é preciso enquadrá-la no contexto de mudanças políticas e transformações sociais que, muito em consequência do próprio desenvolvimento cafeeiro, ocorriam no Brasil. A vinda da família real portuguesa para o país em 1808 culminou na independência política do Brasil em 1822 perante sua Metrópole o que, de fato, não gerou grandes mudanças, pelo menos de forma abrupta, nas relações internas e externas. Apesar da abolição do sistema colonial, a produção continuava voltada para a agricultura e com mão de obra escrava, enquanto que a economia mantinha relações de dependência com a Inglaterra e outros países centrais europeus. A grande mudança, no entanto, se limitaria ao referencial para atuação, que agora passaria a ser exercido pelas classes dominantes internas, ocupando o lugar que fora da coroa portuguesa.

As mudanças políticas, juntamente com o crescimento do mercado europeu, impulsionaram uma série de mudanças sociais no Brasil durante o decorrer do século XIX. O alargamento da população chama bastante atenção. Em 1822, o número populacional era de aproximadamente 4,5 milhões com cerca de 33% de escravos. Em 1889, o país já contava com mais de 14 milhões de habitantes, mas com apenas 700 mil escravos, mostrando o alto crescimento vegetativo negativo da população negra (mesmo com um número também alto de importações de escravos entre 1800 e 1850) e a forte influência da imigração. Quanto à regionalização, se faz necessário frisar o decréscimo da percentagem da população no Nordeste e aumento nas demais regiões, principalmente no Sudeste, fruto da migração local e, novamente, da imigração para as fazendas no interior paulista.

Além do alarmante crescimento e diversificação populacional, vale chamar a atenção também para a reestruturação do produto, que passa a abranger diversos setores a partir da segunda metade do século XIX. Apesar da grande participação do café na economia, muitas indústrias voltadas para o mercado interno ganharam espaço na composição do PIB. Tal diversificação só foi possível por meio da acumulação gerada pela exploração do café que, diferentemente dos outros ciclos que ocorreram no período

colonial, pode ser reinvestida, pelo menos em parte, em novos negócios internos. No entanto, os dados da época sobre os setores secundários e terciários que, segundo estimativas, responderiam por quase 50% da participação do PIB já em 1889<sup>10</sup>, são escassos e pouco confiáveis, restringindo a análise ao campo qualitativo.

O desenvolvimento da indústria cafeeira voltada para o mercado externo e das demais produções visando o mercado interno, incluindo indústrias de alimentos até a indústria náutica e química, também gerou consequências na diminuição do nível de analfabetismo e na maior participação das mulheres na vida social, seguindo a tendência mundial dos países mais desenvolvidos. Investimentos em logística e infraestrutura também afloraram ao longo do período com a construção de uma malha ferroviária na região sudeste e a participação de navios a vapor nas exportações do café. O principal fruto, entretanto, das transformações sócias, políticas e econômicas, pelo menos para este estudo, será a formação de desequilíbrios entre regiões e a composição de conflitos de interesses entre grupos poderosos das elites agrárias e industriais do Brasil. Tais grupos, separados por regiões, viriam a divergir sobre a questão central a respeito da produção cafeeira: a mão de obra.

## **Organizações e Instituições do Café**

Montada a estrutura dinâmica da indústria do café brasileiro, é possível perceber a distinção entre organizações (aqui, já no sentido dado por Douglass North) com maior poder de barganha da época. Antes, porém, de explicitá-las, é preciso chamar a atenção para fatores exógenos à economia brasileira que contribuíram para o conflito envolvendo a questão escravista.

Em 1850, o governo inglês, líder econômico mundial durante o século XIX, decretou a proibição do tráfico negreiro, o que tornou o escravo mais caro e raro para o mercado sul-americano. A efetividade da medida foi de teor gradual, culminando no abandono do negócio escravocrata ao longo da segunda metade do século XIX. Além

---

<sup>10</sup> Dados e estimativas referentes à PAIVA ABREU, Marcelo de; LAGO, L.A. Correa do, *A Economia Brasileira no Império*, Rio de Janeiro, texto para discussão número 584, Depto de Economia, PUC-Rio, 2010.

disso, a mudança de preferência dos agentes econômicos em relação à ideia de servidão, que acontecia em praticamente todo o mundo ocidental, alimentou os ideais abolicionistas que permeavam o território nacional. O próprio decreto inglês, proibindo o tráfico negreiro, foi fruto, entre outros fatores, dessa mudança na preferência dos atores. A então escassez de mão de obra escrava e o fortalecimento do pensamento libertário imergiram na dinâmica da produção de café que, a essa altura, se mantinha em forte tendência crescente. A recepção desses fatores pela economia cafeeira resultou no acirramento entre os grupos dominantes de ideais contrários, resultando em um processo gradual de abandono do escravo negro e que culminou na assinatura da Lei Áurea.

A composição desses grupos e a interação entre eles foram tratadas sob a ótica do modelo de recursos abertos por Reis e Reis (1988), sendo esse artigo revisado diversas vezes posteriormente. Não se limitando ao modelo propriamente dito, os autores também exploram as relações de fatores e processos políticos que acarretaram em mudanças nas instituições.

O modelo de recursos abertos, em sua versão neoclássica, mostra que a produtividade do trabalho é fruto da disponibilidade ou escassez relativa dos fatores de produção. Usualmente utilizado em economias agrárias com propriedade privada, o modelo tenta explicar, tanto a existência do trabalho escravo, como a sua decomposição, por meio da relação terra/trabalho e suas consequências para a produtividade. O modelo conta ainda com diferentes visões, tais como a marxista que parte para uma veia mais histórica do processo produtivo. No entanto, as diversas abordagens do modelo de recursos abertos sintetizam a abundância de terras como fator de desequilíbrio no mercado de trabalho e, em consequência, na produção. Dessa forma, a emergência da escravidão fica caracterizada como natural nas colônias com o fator terra tendendo ao infinito.

Tendo em vista o modelo teórico apresentado e os acontecimentos exógenos à economia cafeeira, se faz necessário diferenciar os grupos participantes do capitalismo brasileiro na época. De forma a simplificar a realidade e chamar a atenção para as diferenças, Toplin (1972) classificou as elites da produção agrária em três grupos distintos. Cada qual, com um conjunto de interesses uniformes. Seriam eles: as elites “tradicionais” do Nordeste, as elites “escravocratas” do Vale do Paraíba, e as elites

“progressistas” na região do oeste paulista.<sup>11</sup> Seus distintos interesses, moldados ao longo da formação econômica de cada região, variavam de acordo com a perspectiva econômica de cada organização e com suas dotações de fatores de produção.

No Nordeste, as elites tradicionais se beneficiavam da forte concentração de terras. Durante todo o processo de formação econômica da região, tanto a coroa portuguesa, como o império brasileiro, limitaram a exploração da terra por parte de poucos fazendeiros através da regulamentação que incluiu a distribuição de sesmarias e a passagem hereditária. O resultado foi a formação de um “monopólio” das terras nordestinas. A incapacidade de exploração das áreas interioranas, dadas as técnicas produtivas da época, também limitou a produção ao território litorâneo.

A população nordestina era bastante significativa (resultado dos anos de ascensão do ciclo do açúcar), porém dispersa por toda a região. As más condições das terras inexploradas deixavam poucas alternativas para o contingente trabalhador. Suas opções se resumiam em servir como trabalhador dos grandes engenhos ou cultivar sua própria produção em terras de condições inferiores as das grandes fazendas. Em ambos os casos, a renda do trabalhador seria de subsistência. Furtado contribui ainda, falando da existência de um “excedente populacional” no nordeste que garantiria a manutenção dos salários pouco acima dos níveis de subsistência. Assim, o trabalhador seria, em termos econômicos, igual a um escravo.

O “monopólio” de terras e o “excedente populacional” caracterizavam, portanto, uma economia que tenderia ao modelo de recursos fechados. Os salários pagos aos trabalhadores livres (seja na forma de salário mensal ou na forma de “parceria”, na qual o trabalhador se apossa de terrenos de qualidade inferior em troca de serviços prestados) se igualariam ao custo do escravo, fazendo com que o proprietário da terra ficasse indiferente à escolha da mão de obra. No final do século XVIII e início do século XIX, o escravo ainda era a maior fonte de mão de obra na região, mas mudanças exógenas citadas acima em conjunto com o aumento da população nordestina elevaram os custos do escravo e impuseram um processo de transição gradual das formas de trabalho.

A proibição do tráfico negreiro também trouxe uma nova oportunidade para as elites nordestinas. Sendo o trabalhador livre uma forma de mão de obra barata e abundante, o escravo, que antes era a principal fonte de trabalho, se tornara obsoleto

---

<sup>11</sup> Nomenclatura de Reis e Reis (1988)

para o proprietário de terras. Ficava mais vantajoso revender o escravo para fazendas do Rio de Janeiro e São Paulo do que utilizá-lo na produção açucareira. A exportação foi possível graças a forte demanda por mão de obra do Centro-Sul do país, onde as plantações de café se expandiam em alta velocidade. Observou-se assim, um rápido movimento de decadência escrava no Nordeste, evidenciado, por exemplo, pelo percentual de escravos na população de Pernambuco, que em 1867 era de 20,5% e em 1872 já aparecia como apenas 10,6% da população total do estado. O deslocamento de escravos do Nordeste para o Sudeste também é evidenciado pelos dados. Em 1867, Pernambuco contava com 17,9% de todos os escravos do país, enquanto que Minas Gerais apresentava taxa de 11,4%. Em 1872, já é possível ver uma inversão, com o Estado nordestino contando com apenas 5,9% dos escravos brasileiros, enquanto o Estado mineiro já contava com mais de 24%.<sup>12</sup> A elite nordestina, portanto, não fez parte da discussão nacional sobre a abolição dos escravos. As condições de limitação de terras e ampla fonte de trabalho fez com que a oligarquia tradicional ficasse indiferente a legislação escravocrata.

Em contraposição com as elites nordestinas, as regiões do Centro-Sul se desenvolveram inseridas no modelo de recursos abertos. A crescente demanda por exportações agrícolas que reacendeu a produção açucareira no Nordeste, também atingiu o Sudeste, que assistia, nesse momento, o nascimento das grandes produções de café. No entanto, diferentemente do que aconteceu no Nordeste, a fronteira agrícola não era limitada e foi, ao longo dos anos, se expandindo em direção ao oeste paulista, principalmente após os investimentos em ferrovias e telégrafo já nas últimas décadas do século XIX. Tal expansão, porém, não foi acompanhada pelo aumento da mão de obra local. Assim, com possibilidade infinita de expansão de terras, mas força de trabalho limitada, os proprietários de terras já estabelecidos se viram diante de uma forte concorrência no mercado de trabalho. Tendo em vista o modelo de recursos abertos, em um contexto de abundância de terra e escassez de trabalho, fica clara a impossibilidade de extração de rendas da terra e a imersão da escravidão como condição necessária para obtenção de excedentes na produção e para a solidificação das oligarquias latifundiárias.

Até 1850, o problema da relação terra/trabalho foi atenuado pelas importações de escravos africanos. A oferta negreira elástica possibilitou a expansão da produção de

---

<sup>12</sup> Dados aproximados de Reis e Reis (1988).

café, que ainda consumia territórios do Rio de Janeiro e leste de São Paulo, e fez com que emergisse e se consolidasse a elite agrária escravocrata do Vale do Paraíba. Tal grupo logo se tornou hegemônico na economia imperial e, em função disso, conquistou uma larga parcela dos meios políticos.

O choque exógeno de extinção da comercialização de escravos ultramar limitou a oferta de negros e freou a expansão cafeeira no Centro-Sul do país. Incapacitados de buscarem alternativas a escravidão, devido à condição de recursos abertos, os cafeicultores do Vale do Paraíba buscaram, inicialmente, importar escravos dos engenhos nordestinos. Entretanto, com o passar do tempo, a fonte nordestina de mão de obra também se tornou escassa, em virtude do processo explicitado anteriormente. Somando-se também a impossibilidade de auto-reprodução do sistema escravista, verificou-se uma ruptura da unidade oligárquica cafeeira.

Enquanto os cafeicultores já consolidados no Vale do Paraíba queriam a manutenção do fator trabalho na condição de escravidão, os “novos” produtores queriam expandir suas plantações para os largos pedaços de terra a Oeste de Campinas, mas se viram diante da escassez de escravos. Para esse novo grupo, a falta de mão para a lavoura se tornou o único impedimento para a expansão da produção, já que a amplitude de terras ainda não exploradas tendia ao infinito. Dessa forma, as elites progressistas do Oeste Paulista se descolaram das elites escravocratas do Vale do Paraíba que passaram a divergir nos âmbitos das políticas de terras, da imigração e da escravidão, tornando o cenário político relevante polarizado entre o Partido Conservador, representando os “velhos” produtores, e o Partido Liberal, representando os “novos”.

Vale aqui ressaltar o caráter reformista e gradual das disputas regionalistas, que se deram por meio de medidas jurídico-parlamentares sem que houvesse a eclosão de conflitos armados e da participação do poder soberano do Imperador nas mediações entre os dois grupos. Naquilo que concerne às discussões propriamente ditas sobre as reformas das políticas, fica evidente a tendência reformista da elite do interior de São Paulo em contraposição com o pensamento dos já consolidados cafeicultores do Vale do Paraíba. A necessidade de expansão e consolidação da oligarquia, por parte do oeste paulista, fez com que os Liberais, por exemplo, levantassem bandeiras referentes à posse de novas terras apenas pela ocupação enquanto que os conservadores desejavam

ver aquelas terras distribuídas entre pequenos proprietários, talvez com o intuito de enfraquecer a elite liberal.

No que tange a questão da mão de obra, ambas as elites convergiam para ideia de que a imigração seria inevitável a fim de substituir, gradativamente, a mão de obra escrava. A velha oligarquia, contudo, diante de cafezais já pouco produtivos, fruto do desgaste do solo, enxergava na mão de obra escrava a razão de seus ganhos de produtividade. Assim, ela, pretendendo adiar a reforma e enfraquecer a oposição, defendia a proposta de colonização por parte dos imigrantes. Alinhada com a proposta de política de terras, o governo, na visão dos conservadores, deveria garantir o acesso à propriedade de terra para os estrangeiros que entrassem no país. Dessa maneira, além do enfraquecimento dos novos cafeicultores, a elite do Paraíba também poderia obter, futuramente, uma reserva de trabalhadores disponíveis.

Em total desacordo, a nova elite visava uma política que vincularia o imigrante diretamente aos latifúndios cafeeiros que careciam de mão de obra. A imigração, para o ideal liberal, teria o objetivo único de fomentar a expansão cafeeira no oeste paulista, já que o escravo se tornara relativamente caro em relação aos novos trabalhadores. Uma eventual expansão da fronteira agrícola com a utilização de mão de obra escrava seria impossibilitada pelos custos fixos de investimentos proibitivos, dadas às necessárias compras de escravos. Portanto, o trabalho escravo, para os progressistas, poderia ser uma solução apenas provisória enquanto que a emergência do trabalho livre, alinhada a política de imigração, possibilitaria uma oferta ilimitada de mão de obra e a consequente expansão da produção.

Durante os anos 1860s, a discussão entre as elites agrárias oposicionistas não implicou resultados práticos significativos. Isso ocorreu, em um primeiro momento, devido à importação interna de escravos, que atenuou a necessidade de novos meios de mão de obra e, em um segundo momento, pela inviabilidade da expansão produtiva para o interior, limitando as exportações brasileiras, consequência da falta de tecnologia de transporte e comunicação. A partir do início dos anos 1870s, no entanto, a redução dos custos de transporte, com o advento da ferrovia, e a imersão da elite progressista paulista no cenário político, levaram ao acirramento da discussão referente à imigração e a abolição da escravidão. De fato, é a partir dessa época que começam os primeiros

movimentos de execução de programas públicos de imigração em massa que viriam a culminar na abolição escravocrata.

## Conclusão

Dada a importância do período e da transformação social para a economia brasileira, a contribuição do estudo se dá na forma como é interpretada a análise histórica. Apresentada a ótica da Teoria das Instituições, foi verificado como ela pôde contribuir para a análise histórica e para o melhor entendimento do desenvolvimento econômico do Brasil, contrapondo muitas das análises existentes e fundamentos da teoria econômica.

A fase de transição da mão de obra escrava para um mercado de trabalho livre no Brasil, muitas vezes abordada de maneira superficial, é revista por meio da teoria institucional de forma a deixar claro os fatores que explicam a decadência da servidão brasileira. Primeiramente, de modo genérico, o modelo apresentado por Barzel demonstra como um trabalhador livre pode ser economicamente igualado a um escravo, sugerindo que a natureza das interações entre organizações de dada sociedade e as condições a qual ela está sujeita são fundamentais para a determinação do mercado de trabalho. A tênue combinação de fatores que deu origem ao sistema escravista pôde então ser alterada por modificações exógenas ao modelo institucional. Mudanças nos preços relativos e nas preferências dos agentes levaram a inflexão da forma de trabalho por meio de um processo lento e contínuo, no qual as organizações tiveram seus incentivos modificados e, conseqüentemente, alteraram a direção de seus esforços maximizadores de ganhos.

Aplicando, então, o modelo institucional a já existente literatura responsável pela estruturação teórica da formação econômica brasileira, é possível caracterizar as instituições vigentes na economia cafeeira e as organizações com maior poder de barganha. Após anos vivendo sob o sistema colonial de produção cíclica que tinha em vista apenas a extração de excedente, o Brasil imergiu na cultura do café e pôde então passar por mudanças sociais e políticas que culminaram na divisão do país em grupos quase homogêneos. Em razão das características próprias da produção cafeeira, a mão de obra ganhou relevância central e, após mudanças nos preços providas exogenamente, foi tema de acirradas disputas entre tais grupos. A elevação do preço do escravo, em conjunto com a mudança na preferência dos agentes, levou a alterações significativas nas instituições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de P.; LAGO, L.A. Correa do, *A Economia Brasileira no Império*, Rio de Janeiro, texto para discussão número 584, Depto de Economia, PUC-Rio, 2010.

ABREU, M. de P. (org). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABREU, M. de P.; FERNANDES, F.T. , *Market Power and Commodity Prices: Brazil, Chile and the United States, 1820s-1930s*, texto para discussão número 511, Depto de Economia, PUC-Rio, 2005.

BACHA, Edmar L. *Política Brasileira do Café: Uma Avaliação Centenária*. Belíndia 2.0: fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012: 305-408.

BARZEL, Y. 'An Economic Analysis of Slavery'. *Journal of Law and Economics* 20, n. 1 (1977): 87-110.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970

COSTA, E.Viotti da, 1870-1889, In: Bethel, *Brazil: Empire and Republic, 1822-1930*, Cambridge, 1989.

ENGERMAN, S. L. 'Coerced and Free Labor: Property Rights and the Development of the Labor Force'. *Explorations in Economic History* 29, n. 1 (1992): 1-29.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1963, caps 1-19.

GRANOVETTER, Mark S. *Economic Institutions as Social constructions: a framework for analysis*, Acta Sociologica, vol.35, n.1, 1992.

GREIF, Avner. *Historical and Comparative Institutional Analysis*, Recent developments in institucional economics, 2003.

LOVEJOY, Paul, and RICHARDSON, D. 'Pawns Will Live When Slaves is Apt to Die: Credit, Slaving, and Pawnship at Old Calabar'. LSE Department of Economic History, 1997.

MANTEGA, G., *Teoria da Dependência Revisitada – Um Balanço Crítico*, EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações

NORTH, D., *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D., *Economic performance Through Time*. The American Economic Review, vol. 84, n.3, Jun-1994.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979

OCAMPO, J.A. *Colômbia y La Economía Mundial, 1830-1910*. México:Siglo XXI, 1984.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora. Brasiliense, 23<sup>a</sup> edição, 1994

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora. Brasiliense, 12ª edição, 1970

REIS, Eustáquio J.; REIS, Elisa P., *As elites agrárias e a abolição da escravidão no Brasil*. Dados Revista de Ciências Sociais vol.31, n.3, 1988.

SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*, Ed. Civilização Brasileira, 2000.

TOPLIN, Robert Brent. 'Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of Sao Paulo'. *The Hispanic American Historical Review* 49, n. 4 (1969): 639-655.